

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL NO FUNDO ELETROPAULO: proposta de organização arquivística da documentação em VHS

SILVA, Luiz Antonio Santana da UNESP– Campus de Marília – Faculdade de Filosofia e Ciências – Arquivologia – FAPESP, Luizsantana_arq@marilia.unesp.br, Orientador (a): Telma Campanha de Carvalho Madio.

RESUMO: Este trabalho “Documentação audiovisual no Fundo Eletropaulo: proposta de organização arquivística da documentação em VHS” teve como objetivo principal inserir essa documentação no contexto organizacional da empresa e buscar qual foi a organização dada a essa documentação, assim como saber qual o motivo da produção de toda documentação audiovisual da Eletropaulo, para subsidiar a própria empresa quanto o projeto Eletromemória. Propusemos também fazer uma verificação do material existente na Fundação de Energia e Saneamento – FPHESP - e uma proposta de identificação arquivística para o material em VHS, analisando sua produção e origem administrativa através dos organogramas elaborados por nós. Essa fase de identificação que executamos com a documentação VHS resultará na inserção desses documentos em seus órgãos de origem, estabelecendo as relações orgânicas e intrínsecas administrativas, pela classificação e definição das séries.

Palavras-chave: Documentação Audiovisual; Acesso; Identificação Arquivística.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho “Documentação audiovisual no Fundo Eletropaulo: proposta de organização arquivística da documentação em VHS” procurou identificar e organizar a documentação encontrada no Fundo Eletropaulo, custodiado pela Fundação e Saneamento da Energia de São Paulo. Trabalhamos especificamente a documentação audiovisual, filmes institucionais, que foram produzidos pela RTV Eletropaulo, nos anos de 1953 1997. Contudo houve um recorte neste projeto e trabalhamos apenas com a documentação encontrada em VHS datada de 1988 a 1999. Atualmente, a identificação dos filmes é precária e encontramos projetos e campanhas como o Projeto Grajaú; FEBEM; Campanha álcool e outras doenças; Campanha da Luz da Terra; logotipos utilizados pela Eletropaulo e pelo governo estadual em campanhas; registros de visitas de representantes do poder público às instalações da empresa; produtos para propaganda como vinhetas e comerciais; *clippings*; filmes com fotos antigas do fundo Eletropaulo e imagens aéreas do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, relacionadas à área de Meio-Ambiente e, ainda, filmes sobre as usinas, estações, subestações e escritórios da empresa.

Este trabalho está inserido no projeto base, ou seja, o *Projeto Eletromemória: História da energia elétrica no estado de São Paulo*. O Projeto Eletromemória tem o objetivo de mapear o acervo histórico do setor elétrico paulista, no período de 1890 a 2005. O estudo abará patrimônio arquivístico, bibliográfico, museológico e arquitetônico, por meio de pesquisas de campo em empresas públicas e privadas, construção de vocabulário controlado, diagnóstico do estado de organização e conservação dos acervos, análise historiográfica do setor elétrico paulista e estruturação de banco de dados, eventos e publicações para divulgação dos resultados.

As imagens podem significar mais do que simples registros. Pode retratar a memória institucional da empresa energética, o trabalho de propaganda e divulgação além do histórico da empresa referente a um determinado período relevante e importante para a mesma. A documentação audiovisual, além de retratar esses aspectos, reflete e permite compreender a estruturação institucional, seus objetivos e finalidades na elaboração e confecção desse tipo de documento.

Os documentos produzidos, independentes do seu suporte, pela empresa de energia tinham como finalidade provar suas atividades desempenhadas interna e externamente. Hoje, a documentação avaliada como permanente visa apoiar pesquisadores de diferentes áreas fomentando pesquisas voltadas à memória destas empresas, contribuindo para a história da energia elétrica no estado de São Paulo, as transformações ocorridas no setor energético. A transferência da documentação corrente dessa empresa para o setor histórico, muitas vezes ocasiona outra organização que não a original, causando sérios problemas de identificação das funções originais.

Percebemos nos estudos e levantamentos até agora realizados que o processo de implantação da empresa *Ligth* no Brasil acarretou mudanças no setor energético do país e no estado de São Paulo, e foi documentado em diferentes suportes: textual, fotográfico, cartográfico, audiovisual, etc. Esse processo deixou registros não só em documentos, mas também gerou um grande patrimônio arquitetônico e museológico. Acreditamos que a partir dessa documentação nos seus diferentes setores administrativo, comercial e financeiro, obteremos uma fonte riquíssima em informação relativa à própria empresa energética e a outras áreas de pesquisa e estudo.

A história da Eletropaulo inicia-se em 1899, com a fundação da *The São Paulo Railway, Light and Power Company Ltd*. Com sede em Toronto, Canadá. Seus objetivos eram “estabelecer, construir completar, manter e fazer funcionar obras para a produção,

utilização e venda e produzir eletricidade gerada por vapor e força motora elétrica, a gás, pneumática, mecânica e hidráulica ou outra força qualquer para quaisquer fins”.

Em 25/06/1900 através do decreto federal 3692, a Companhia alterou sua razão social para *The São Paulo Tramway, Light And Power Company Ltd.* Um mês depois a empresa foi autorizada, pelo Decreto N°. 3349 de 1900 a funcionar no Brasil. A partir deste ano, a mesma inicia a implantação de linhas de bonde movida à energia elétrica, no município de São Paulo.

Em 1901, os contratos de concessão para transporte de passageiro e cargas são unificados, concedendo privilégio à empresa por 40 anos. Em 1912, a empresa passou a fazer parte do *holding* canadense *Brazilian Traction, Light and Power Company, Ltd.* Além dela, também participavam as empresas *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Ltd.* (1905), e *São Paulo Electric Company, Ltd.* (1908). Em 1924, se inicia as obras da Usina do Rasgão, obra emergencial para minimizar os efeitos da estiagem ocorrida naquele ano no estado de São Paulo.

Em 1928, a *Light* ampliou sua área de concessão, incorporando as empresas: Companhia Luz e Força de Guaratinguetá, Empresa Luz e Força de Jundiaí, Empresa Hidroelétrica Serra da Bocaina, Empresa de Eletricidade São Paulo e Rio, Companhia Força e Luz Norte de São Paulo, Companhia Ituana de Força e Luz, posteriormente denominada Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio. No ano seguinte foram incorporadas: a Empresa Itapevericana de Luz e Força e Empresa Força e Luz Floriano.

Com o encerramento das atividades de transporte urbano, em 1951, a empresa foi autorizada pelo Decreto N°. 33.726/1956, de 22 de novembro, a continuar funcionando no país, sob a denominação *São Paulo Light and Power Company Ltd.* Em 1956, a companhia foi nacionalizada através do Decreto Federal N°. 40.440/1956 e passou a denominar-se São Paulo Light S/A - Serviços de Eletricidade, com sede em São Paulo/SP. Em 1967, a companhia incorporou as empresas Cidade de Santos - Serviços de Eletricidade e Gás S/A (City de Santos), S/A Força e Luz Vera Cruz, Rio Light S/A - Serviços de Eletricidade, Companhia Fluminense de Energia Hidrelétrica, São Paulo - Serviços de Eletricidade S/A, Empresa de Luz e Força de Jundiaí S/A e Companhia de Eletricidade São Paulo e Rio.

Em 1979, a empresa foi vendida para as Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. No ano de 1981, a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S/A (empresa do governo do Estado de São Paulo, criada em 1971) assumiu a operação dos sistemas de geração transmissão e distribuição de energia elétrica nos municípios da

área de concessão da antiga Light - Serviços de Eletricidade S/A no Estado de São Paulo, que estavam sob o controle da Eletrobrás.

Com o processo de privatização das companhias energéticas realizado pelo governo do Estado, em 1998, a empresa foi dividida em 04: Eletropaulo Metropolitana de Águas e Energia S/A, Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S/A (EPTE), Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, Empresa Bandeirante de Energia S/A (EBE). A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A é a nova denominação da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S/A.

Quanto à parte prática da pesquisa, foi feito um recorte no projeto “Documentação audiovisual no fundo Eletropaulo: formas de tratamento e propostas de acessibilidade”, abordando apenas a documentação encontrada no suporte VHS que data de 1988 a 1999 como ditos anteriormente. Os demais formatos beta-cam e u-matic são difíceis de ser tratado, uma vez que, os equipamentos de leitura não foram encontrados até mesmo na Cinemateca Brasileira. A Fundação possui equipamento de leitura de VHS, ou seja, videocassete, em suas dependências facilitando o trabalho de assistir a documentação. A falta de equipamentos para a leitura dos tais formatos foram um dos impedimentos que encontramos no desenvolver da pesquisa.

Outro ponto que encontramos dificuldade foi à falta de informação sobre o fundo Eletropaulo, e até mesmo a respeito da documentação pesquisada. Na Fundação existem poucos registros manuscritos identificados que contenham informações sobre a documentação audiovisual, assim como a estrutura administrativa da empresa. Essas informações a respeito da estrutura administrativa são essenciais para procedermos à organização arquivística da documentação. Quando não existe o organograma original previamente produzido pela instituição, temos que, a partir dos dados da estrutura administrativa elaborar os organogramas. O organograma é o ponto de partida para se organizar estruturalmente qualquer conjunto documental, pois reflete as atividades e competências da instituição.

A Documentação audiovisual, que é o objeto de pesquisa deste projeto, em ambiente de arquivo ou biblioteca talvez cause surpresa. Por que tal surpresa é causada principalmente em ambiente de arquivo? Qual será o motivo desse tipo de documentação ser vista como documentação especial? Essas indagações serão esclarecidas ou ao menos tentaremos esclarecê-las. Muitas vezes o formato e o suporte diferenciados do convencional, ou seja, o papel com que a documentação se apresenta

dentro de um arquivo, pode causar impacto, uma vez que, o ambiente já está adaptado a um determinado tipo de suporte e/ou formato.

Abordaremos no decorrer desse trabalho a entrada de documentos não-textuais em ambiente de arquivo e unidades de informação. E para discorrermos sobre o tema nos basearemos em alguns teóricos da área. Um dos autores que aprofunda esse tema é Schellenberg (2004) em seu trabalho “Arquivos modernos: princípios e técnicas”. Existem também outros autores da área da arquivística que abordam esse assunto como: Aline Lacerda e André Porto Ancona Lopez, entre outros.

2 DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

É importante definir o que tratamos como documentação audiovisual. Para isso, consultamos o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística que classifica documentação audiovisual como “gênero documental integrado por documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros, como filmes e fitas videomagnéticas”. (2005, p. 73).

A Fundação Patrimônio Histórico e Energia de São Paulo (FPHESP), detentora dos documentos audiovisuais referente ao fundo Eletropaulo, define esse tipo de documentação como registros que contêm imagens em movimento, ou seja, que associem som e imagem independente do suporte. A definição na qual a FPHESP se embasa, está no dicionário de Heloísa Liberalli Bellotto e Ana Maria de Almeida Camargo, cuja definição de documentação audiovisual é a seguinte: “Gênero documental que utiliza como linguagem básica à associação do som e da imagem”. (Dicionário de Terminologia Arquivística 1996, p.27).

Na obra de Schellenberg que estamos nos baseando é possível visualizar o esforço pela compreensão de documentos não-textuais, ou seja, documentos audiovisuais e cartográficos em ambiente de arquivo, assim como o tratamento desses materiais inserindo-os nesse ambiente.

Em relação a esse novo tipo de documentação, isto é, o arquivo moderno, é importante compreendermos e definirmos o que é documento de arquivo. Segundo Schellenberg documentos de arquivo são:

”Todos os livros, papéis, mapas, fotografias, ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas

atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos” (2000, p.40).

Nessa definição é possível visualizar que o autor tem ciência de que o documento de arquivo, não é somente papel. Essa consciência está expressa quando fala que documento de arquivo são também fotografias e outras espécies documentais independente de sua forma física ou característica. Para reforçar essa definição, consultamos o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, cuja definição de documento de arquivo é a seguinte: “Unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”. (2005, p.73).

Os documentos audiovisuais e cartográficos não são necessariamente de arquivo, mas de interesse para as várias unidades de informação. Segundo Schellenberg, os filmes cinematográficos, quando confeccionados ou recebidos por uma administração no exercício de sua função, podem-se considerar como documentos de arquivo. Tendo em vista as cópias desses filmes, elas equivalem às duplicatas de livros podendo dessa maneira se tornar disponível através da biblioteca, com finalidade de recreação e educação. (Schellenberg, 2000).

É possível notar a preocupação do autor em compreender o documento audiovisual no contexto de sua produção em ambiente de arquivo, quando cita que se forem produzidos ou recebidos por uma administração no exercício de sua função, tal documento pode ser caracterizado como de arquivo. Pode-se notar que tais documentos se inserem em ambos os ambientes de formas diferentes sendo que em um ambiente o documento assume forma probatória, e em outro a forma educativa e recreativa.

Nessa questão das formas variadas de abordagem desses materiais em arquivos e bibliotecas, Schellenberg nos mostra as facetas desses materiais em ambos os ambientes:

”Ao discutir as diferenças entre os métodos empregados, abordarei primeiro as técnicas que se aplicam a materiais especiais que tanto podem ser mantidos por bibliotecas como por arquivos. Esses materiais convêm lembrar, têm em comum a característica de constituírem em peças individuais, separadas umas das outras, cada qual com significado próprio, independentemente de sua relação com os demais. E, desde que constituem em peças avulsas, podem-se seguir os métodos biblioteconômicos no se arranjo e na sua descrição, pois tais técnicas, de modo geral, se aplicam a peças avulsas. Esses materiais especiais podem, é lógico, ser reunidos em coleções como de manuscritos, de filmes, ou ainda fotografias. Os manuscritos, por exemplo, podem ser reunidos em coleções relativas a pessoas, famílias, instituições ou organizações. Conquanto tais coleções possam ser consideradas semelhantes em caráter a um corpo de arquivo

(archival groups), falta-lhes a coesão própria dos arquivos, que deriva da Correspondência destes com uma atividade ou fim. Os métodos de arranjo e de descrição de tais coleções são de certo modo semelhantes àqueles empregados para os corpos de arquivos. Os bibliotecários e arquivistas, portanto, podem igualmente contribuir na elaboração de um método destinado ao tratamento desse material.”(2000, p.47)”.

O termo “materiais especiais” é rotulado pelo fato dos documentos audiovisuais não possuírem um caráter singular. Isso é visualizado de uma forma melhor quando vemos que tais documentos podem estar em ambiente de arquivo, biblioteca ou em outra unidade de informação.

Continuando no tema “materiais especiais”, outro autor expõe sua opinião. Para Paes (1986) documentação audiovisual é tratada como arquivos especiais. Em sua definição o termo é englobado por características da documentação, que vê na arquivologia princípios e técnicas para sua correta organização. Tais características se definem pelo suporte, acondicionamento, registro, controle e conservação diferenciando dessa maneira dos documentos textuais, e por essas características merecem tratamento diferenciado. Definição essa que vai de encontro aos princípios arquivísticos, pois o tratamento dado a documentos não-textuais deve ser o mesmo independente do suporte.

Quanto ao tratamento desses materiais dado pelo arquivista ou bibliotecário, o autor nos propõe a uma adaptação da metodologia biblioteconômica na arquivística quanto à indexação e catalogação, não a organização arquivística em si: ”as técnicas biblioteconômicas de catalogação e indexação, por exemplo, podem ser aplicadas, com pequenas alterações, a tipos especiais de material de arquivo que consiste em peças avulsas, tais como mapa, plantas, filmes, diapositivos e discos”. (Schellenberg, 2000, p.51).

Os métodos biblioteconômicos são tomados por base justamente por esses materiais assumirem um caráter individualizado ou singular, permitindo a rotulagem de materiais especiais de arquivo até se tornarem arquivos modernos. A questão da individualização de documentos não é abordada pela arquivística, uma vez que, a arquivística lida com conjuntos documentais e não com singularidades. A forma física com que tais documentos se apresentam destituída de letras, números etc.; causa estranheza a tradicional arquivística do papel.

É de suma importância que abordemos com mais profundidade esse tipo de documento na arquivística. Como dito anteriormente, os arquivistas podem se valer de algumas técnicas de indexação e catalogação da biblioteconomia, que também a

arquivística já utiliza tais técnicas para o tratamento de tais documentos, chamados de “especiais”. Essas técnicas servem de apoio ao trabalho do arquivista, mas devem ser feitas adaptações quando implantadas na área da arquivística.

Tais técnicas têm como objetivo a representação e recuperação da informação. Quanto ao uso dessas técnicas para representar e recuperar informação é necessário levar em conta alguns aspectos apontados por Cordeiro (2000).

”No universo audiovisual, os estudos sobre representação e recuperação da informação devem considerar os pontos comuns dos objetos de indexação textual e de imagens, mais as singularidades do suporte, conteúdo vinculado e contexto, além, fundamentalmente, o processo de produção do objeto final. (...) na literatura especializada, são várias as taxionomias para se classificar as imagens. Estas são elaboradas, muitas vezes, de acordo com o universo de conhecimento e trabalho de seu autor e se prestam a diferentes objetivos de produção e uso. Uma mesma imagem serve a diferentes propósitos, mas com objetivo inicial de sua criação deve ser resgatado, pois foi produzida para um espectador previamente definido (...).” (2000, p.16).

Além da discussão do uso das técnicas biblioteconômicas, o autor aborda a questão do significado das imagens. Os significados das imagens são vários, por isso se deve observar seu contexto de produção e os motivos que os levaram a serem produzidas. A partir dessa observação podemos obter o significado real da imagem quanto a sua função.

3VISITA TÉCNICA: FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA – TV CULTURA.

Entre os dias 03 a 05 de dezembro de 2009 foi realizada uma visita técnica no centro de documentação da TV Cultura localizado na cidade de São Paulo. Esta visita serviu para obtermos uma visão de como seria se a FPHESP aderisse o mesmo sistema de gerenciamento da documentação audiovisual utilizado pela TV Cultura. Além disso, a visita contribuiu para o desenvolvimento e conclusão do projeto de pesquisa – Documentação audiovisual no fundo Eletropaulo: formas de tratamento e propostas de acessibilidade – pelo fato de que no centro de documentação da TV Cultura, eles estão trabalhando com o mesmo objeto deste presente projeto, isto é, documentação audiovisual, só que com algumas especificidades.

Quanto às especificidades encontradas no tratamento dado pelo CEDOC em detrimento do tratamento proposto por este projeto, percebemos grandes diferenças. O tratamento dado à documentação audiovisual no CEDOC gira em torno da preservação

da memória, na migração de suportes e catalogação dos documentos da TV Cultura. Tal tratamento está aquém do proposto por este projeto do ponto de vista arquivístico, isto é, no CEDOC o tratamento arquivístico não existe, mas sim a preocupação com a recuperação da informação.

Como dito anteriormente, o foco do tratamento no acervo da TV Cultura é a preservação da memória. Basicamente, o processo de tal tratamento é suportado por um sistema que gerencia todas as fases do processo desde o momento da digitalização de imagens até seu armazenamento. O sistema, denominado Media Portal, gerencia o processo de digitalização, catalogação, descrição e armazenamento das imagens e foi desenvolvido de acordo com as necessidades do CEDOC, e possui uma eficiência e eficácia no seu funcionamento.

A FPHESP poderia aderir o Media Portal como ferramenta para facilitar o trabalho que já vem sendo realizado com a documentação. Com o Media Portal gerenciando o tratamento técnico da documentação, o tratamento arquivístico se tornaria muito mais rápido e fácil de ser aplicado. O tratamento arquivístico tem como foco o contexto de produção documental, isto é, quais motivos que levaram a documentação a ser produzida, assim como seu produtor. A FPHESP tem grandes possibilidades de ter um acervo documental – audiovisual - bem gerenciado se unisse o sistema com o tratamento arquivístico adequado.

Nesse processo realizado com a documentação audiovisual da TV Cultura, não é visto o contexto de produção dos documentos, qual sua proveniência, os motivos que os geraram e/ou para que fossem gerados. Não há uma preocupação em relação à organização arquivística da documentação audiovisual. Há um embasamento teórico-prático somente no processo de catalogação, ou seja, é utilizadas normas como a ISAD(G) e a NOBRADE como base para a descrição e catalogação das imagens.

Após a catalogação das imagens digitalizadas elas são armazenadas em cartuchos – LTO - com capacidade para guardar 800 GB de memória. Esses cartuchos armazenam as imagens e quando solicitadas, o programa aciona automaticamente a gravação dessas imagens para ser entregue a quem as solicitou. Os cartuchos apenas armazenam, não funcionam como um CD ou qualquer outra fita magnética que armazena e exibe os dados contidos.

No CEDOC foram encontrados todos os formatos audiovisuais (u-matic, beta-cam, películas – 16mm e 35mm, e VHS), assim como os aparelhos de leitura de tais formatos. É de suma importância a migração para novos suportes, uma vez que, a

obsolescência de suportes e aparelhos acontece rapidamente nos dias atuais devido à evolução das tecnologias.

O trabalho que vem sendo realizado na TV Cultura, no Centro de Documentação, é muito importante em relação à preservação da memória institucional. Como complemento desse trabalho seria extremamente indispensável se houvesse bases arquivísticas em todas as fases do processo de tratamento dessas imagens.

3.1 VISITA TECNICA NA FUNDAÇÃO – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA (NDP).

Características da documentação (geral).

A maioria dos documentos sob a responsabilidade do Programa de Documentação Arquivística da Fundação foram recolhidos ou doados pelas empresas instituidoras da Fundação¹, através de seus departamentos de patrimônio histórico ou centros de memória, durante o processo de criação da Fundação, em 1998. Posteriormente, alguns fundos e coleções foram integrados ao acervo, mediante doações pessoais e recolhimentos nas empresas sucessoras àquelas que deram origem ao acervo original.

O estabelecimento dos fundos.

O estabelecimento dos fundos que compõem o acervo seguiu um dos princípios básicos da arquivologia, segundo o qual os arquivos originários de uma instituição devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa, segundo definição de Bellotto (2004). Passo importante na definição de cada fundo, a pesquisa da história administrativa contou com o levantamento de informações nas

¹ **A Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento**, também designada **Fundação Energia e Saneamento**, é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia jurídica, administrativa e financeira, sediada na cidade de São Paulo (SP), instituída inicialmente como Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo em 06 de março de 1998 pelas empresas energéticas inseridas no Programa Estadual de Desestatização - Lei Estadual nº 9361, de 05 de julho de 1996 - por escritura pública lavrada nas fls. 132, do livro 2946 do 17º Tabelião de Notas da Capital de São Paulo, devidamente autorizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através da 2ª Curadoria de Fundações, registrada sob o nº 0312856, do livro 0311997, do Registro de Pessoas Jurídicas, do 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital em 13 de março de 1998, com prazo de duração indeterminado.

instituições regulamentadoras das atividades empresariais – como a junta comercial do Estado de São Paulo - além da coleta de dados nos próprios documentos.

Além dos fundos de arquivo, foram identificadas algumas coleções dentro do acervo. Alguns conjuntos não puderam ser considerados como fundo de arquivo em virtude de suas características específicas. Nesse caso, acervos doados ou comprados por características técnicas ou temáticas específicas e de interesse das linhas de pesquisa na Fundação, foram consideradas coleções.

Por outro lado, o estudo da documentação e a pesquisa sobre as condições de recolhimento fizeram alguns fundos desaparecerem, por se tratarem de documentos pertencentes a determinados fundos, mas que foram recolhidos em momentos diferentes. Esse processo possibilitou a recuperação da organicidade dos fundos, agregando novamente a documentação dispersa com o passar dos anos.

Descrição dos fundos.

Os campos de descrição de cada fundo/coleção dentro do guia elaborado pela Fundação seguem as instruções da ISAD (G) ² – Norma Geral de Descrição Arquivística, que prevê a descrição de cada unidade considerando cinco aspectos: identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, condições de acesso e fontes relacionadas.

Descrição do fundo Eletropaulo S/A.

Fundo Eletropaulo S/A: ELE.

Em 1899, foi fundado a *The San Paulo Railway, Light and Power Company, Limited* que deu origem a Eletropaulo. A empresa era responsável por gerar e distribuir energia para São Paulo. Ao longo dos anos a empresa sofreu mudanças em sua razão social e encapou outras empresas, ampliando sua área de concessão. Em 1971, foi criada a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S/A, empresa submetida ao governo do estado de São Paulo. No ano de 1998, sua área de concessão foi privatizada e dividida entre

² Esta norma estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação. O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo.

quatro empresas. Na ocasião, sua razão social passou para Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A.

4 O TRABALHO REALIZADO COM OS VHS DO FUNDO ELETROPAULO.

A identificação do conteúdo informacional é necessária para a organização arquivística adequada desse material, estabelecendo os vínculos funcionais e organizacionais na produção dessa documentação audiovisual. Ressaltamos também que as condições em que encontramos esses materiais eram precárias e necessitavam de tratamento preventivo. Toda documentação independente do seu suporte é tratada com bastante importância, mas o gênero em questão necessitava de intervenção o mais breve possível. As estantes de aço onde os documentos estavam guardados apresentavam sinais de deterioração. As latas onde os filmes em película estavam acondicionados, por sua vez, estavam guardadas em caixas de papelão, que possuem alto nível de acidez. As salas onde os filmes (em todos os suportes) estavam depositados são climatizadas e sua temperatura permanece entre 18°C a 23°C e a umidade relativa permanece entre 45% e 48%.

No ambientes onde essas latas e caixas se encontravam, pudemos encontrar também aparelhos desumidificadores e o monitoramento do ambiente é feito por termômetro³ e por termohigrógrafo⁴. Os filmes em fitas beta-cam (formato desenvolvido pela *Sony* que utiliza os sinais componentes de cor [component]), u-matic (sistema de videocassete que emprega fitas de ¾ polegadas, de uso profissional e já é um sistema ultrapassado) e VHS (abreviatura de *Video Home System*, sistema de videocassete que utiliza fitas de meia polegada, usado muito por amadores) estavam em caixas plásticas. Todo o acervo estava disposto em mobiliário de aço. Muitos suportes audiovisuais são frágeis e sujeitos com o passar do tempo à degradação física e química e/ou a perda da qualidade de seu conteúdo. Após o incorporamento da Fundação ao SIBIA a documentação está recebendo cuidados preventivos e a situação apresentada acima não é mais a mesma que encontramos no início da pesquisa.

³ Um termômetro é um aparelho usado para medir a temperatura ou as variações de temperatura.

⁴ Denomina-se termohigrógrafo um instrumento de medição utilizado na meteorologia para registrar tanto temperatura como umidade relativa.

Os VHS estão numerados crescentemente e possuem na própria fita o título do filme. O acervo de fitas em VHS é composto por aproximadamente 413 unidades. Às vezes o título não vem expresso na fita e nem no estojo. Quando não encontramos o título do vídeo nos estojos ou nas fitas, buscamos no próprio vídeo onde também encontramos ao final, a ficha técnica que nos auxiliou bastante na construção de organogramas. Foi feita a coleta dos dados encontrados nos estojos e nas fitas com a finalidade de fazer uma comparação da informação inicial, com a informação encontrada após as fitas serem assistidas.

Foram tomadas **três fitas** para serem assistidas e analisadas se a informação inicial é coerente com a expressa no conteúdo. Esses VHS foram assistidos também com o propósito de saber qual o motivo de sua produção e quem solicitava que tais documentos fossem produzidos, assim como localizar seus produtores. Foram assistidos **03 vídeos** em formato VHS e coletamos fichas-tecnicas dos vídeos e elaboramos organogramas do fundo Eletropaulo a partir das informações dispostas nas fichas-tecnicas para compreendermos o motivo da produção quem produziu tal documento.

4.1 IDENTIFICAÇÃO ENCONTRADA NOS VHS

A identificação inicialmente encontrada nos VHS é precária para os padrões arquivísticos, pois não auxiliam em muito para a organização dos mesmos. Essa identificação consiste na maioria das vezes apenas no título e o no número atribuído para manter uma ordem nas prateleiras. O que realmente nos interessa é saber quem solicitava a produção dessa documentação, e encontramos esses dados nas fichas-técnica ao final de cada vídeo.

Há em alguns casos falta de informação como, por exemplo, o ano de produção, a duração e outras informações que são necessárias para sua recuperação e identificação arquivística. Esses três vídeos foram assistidos e encontramos informações mais consistentes que auxiliaram na identificação do produtor dessa documentação nas fichas-técnicas de cada vídeo. A partir das fichas técnicas partimos para a elaboração de organogramas que refletem parte da estrutura administrativa da empresa Eletropaulo.

Com os organogramas representando a estrutura, a identificação arquivística se torna mais fácil, podendo assim realizar os outros procedimentos arquivísticos, isto é, organização, plano de classificação etc. Foi necessário que elaborássemos organogramas, pois não havia nenhum previamente elaborado. Colocamos logo abaixo

tais organogramas nos quais podemos visualizar o solicitante e produtor da documentação. Elaborar um organograma estrutural a partir de informações soltas é um trabalho minucioso e que requer bastante cautela no momento da produção do mesmo. Como dito anteriormente, com os organogramas elaborados, constatamos quem fazia a solicitação – departamento, superintendência ou diretoria – e quem produzia a documentação (geralmente as divisões da Eletropaulo). Dessa forma se torna muito mais fácil realizar os outros procedimentos arquivísticos, isto é, organização, planos de classificação, sistemas de notação etc.

A inserção dessa documentação no contexto organizacional da instituição está mais perto, pois informações essenciais como órgãos produtores e solicitantes, já foram encontrados. O caminho para uma organização dentro dos padrões arquivísticos da documentação em VHS está livre e pronto para ser trilhado, porém exige muita atenção no desenvolver dos próximos passos.

5. CONCLUSÃO.

O trabalho tem como objetivo principal inserir essa documentação no contexto organizacional da empresa e buscar qual foi à organização dada a essa documentação, assim como saber qual o motivo da produção de toda documentação audiovisual da Eletropaulo, para subsidiar a própria empresa quanto o projeto Eletromemória.

O presente apresentou resultados que contribuíram para o pesquisador, assim como para o crescimento da arquivologia e a instituição custodiadora da documentação. Tal projeto pode contribuir além dos resultados obtidos para com o desenvolvimento da ciência arquivística e a quem têm interesse pelo presente. No desenvolver do projeto aproximamo-nos do objeto, levantando a bibliografia sobre arquivo e documentos audiovisuais, os diferentes suportes, a legislação existente para esse tipo de documento e as especificidades no tratamento arquivístico dessa documentação.

Propusemos também fazer uma verificação do material existente na Fundação de Energia e Saneamento – FPHESP - e uma proposta de identificação arquivística para o material em VHS, analisando sua produção e origem administrativa através dos organogramas elaborados por nós. Essa fase de identificação que executamos com a documentação VHS resultará na inserção desses documentos em seus órgãos de origem, estabelecendo as relações orgânicas e intrínsecas administrativas, pela classificação e definição das séries.

A identificação da documentação em todos os suportes está sendo feita após a entrada da Fundação de Energia e Saneamento no SIBIA. No entanto, tal identificação deixa a desejar do ponto de vista da arquivologia deixando para trás os principais campos de identificação. A Fundação de Energia e Saneamento elaborou dois modelos de fichas de identificação da documentação, uma para atender os suportes u-matic, beta-cam e VHS e outra desenvolvida somente para os filmes em película de 16 e 35mm.

As fichas são feitas no programa *Excel* e uma delas possui pouquíssimos campos de identificação contendo apenas o código do fundo, estado de conservação, suporte e observações. A ficha de identificação de películas possui mais campos, porém ainda não está bem apropriada do ponto de vista arquivístico. Ela foi criada segundo os parâmetros do *Manual de Catalogação de películas cinematográficas*, elaborado pela Cinemateca Brasileira.

Como o próprio nome do manual diz, isto é, Catalogação, a preocupação é somente com a catalogação da documentação e não com o contexto de produção. O grande ponto que falta ser abordado pela Fundação é o contexto de produção da documentação. É trabalhada a questão do acondicionamento, catalogação, identificação dentre outros procedimentos, menos o ponto principal para ser organizar arquivisticamente.

Estabelecer as relações orgânicas e intrínsecas administrativas da documentação é o ponto principal para ser organizar e conseqüentemente prover acesso à documentação. O presente projeto teve por objetivo principal buscar essa relação orgânica da documentação audiovisual com o propósito de inserir todo procedimento realizado pela Fundação nos moldes arquivísticos, assim como a documentação produzida no contexto da instituição. O trabalho de organização arquivística é minucioso e requer detalhamento, cautela no decorrer dos procedimentos até chegarmos de fato na organização.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: AAB, 1996.
- CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. **Informação e movimento**: Uma ciência da arte fílmica. Rio de Jan PAES, Marilena Leite. Arquivos especiais. In: **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: Princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BIBLIOGRAFIAS

- BELLOTO, Heloísa Liberalli . **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- EDMONDSON, Ray. **Filosofia de Arquivos Audiovisuais**, Uma / preparada por Ray Edmondson e membros do AVAPIN [para o] Programa Geral de Informação e UNISIST. - Paris: UNESCO, 1998. - v, 60 p.; 30 cm. - (CII/INF-98/WS/6)
- ELETROPAULO. **A chegada da Light**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1986. 80 p. (História & Energia, 1).
- _____. **A cidade da Light**: 1899 – 1930. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1990. 2v.
- _____. **A eletrificação no Brasil**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1986. 80 p. (História & Energia, 3).
- _____. **A Light e a revolução de 24**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1987. 113 p. (História & Energia, 4).
- _____. **Estatização x privatização**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1997. 392 p. (História & Energia, 7).
- FIGUEIRA, Nisiclér Moreira. Videocassete: a história em cores; fácil produção e difícil conservação. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.7,n.1-2,1994.
- HARLOW, Neal. **Management manuscript collections**. Libray Trends, 1955.
- LACERDA, Aline Lopes de. **A fotografia nos arquivos : um estudo sobre a produção institucional de documentos fotográficos das atividades da Fundação Rockefeller no Brasil nocombate à febre amarela** -- Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, 2008.

LOPEZ, André Porto Ancona. Documentos imagéticos de arquivo: uma tentativa de utilização de alguns conceitos de Panofsky. **Sinopses**. São Paulo: FAU – USP, n.31, p.49-55, 1999.

_____, André Porto Ancona. **As razões e os sentidos**: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos. 2000,f. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MONTES, A. C.; LOPES, L. F. **A qualidade dos suportes no armazenamento de informações**. Florianópolis: VisualBooks, 2004.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.